



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS: ESCOLAS RIBEIRINHAS DO BAIXO MADEIRA EM PORTO VELHO - RO**

**Tatiane Rodrigues de Souza**

Profª. Dra. Curso de Licenciatura em Educação do Campo  
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Rolim de Moura  
E-mail: tatiane.souza@unir.br

**Gean Castro de Oliveira**

Graduando em Licenciatura em História –  
Universidade Federal de Rondônia-Campus Rolim de Moura  
E-mail: castro9810@gmail.com

**Henrique dos Santos Ferreira**

Graduado em Licenciatura em Educação do Campo –  
Universidade Federal de Rondônia-Campus Rolim de Moura  
E-mail: henriquesantosferreira892@gmail.com

### **INTRODUÇÃO**

Os povos ribeirinhos são caracterizados por agrupamento populacional miscigenado, constituindo-se uma identidade cultural enraizada em sua relação com as águas. Sua singularidade manifesta-se principalmente em relação ao rio, materializando nos modos de vida, saberes tradicionais e práticas culturais.

As populações ribeirinhas constroem seus territórios específicos, marcado por formas próprias de organização social (Pereira, 2014). Entre suas práticas produtivas, destaca-se a pesca, agricultura e extrativismo que garantem o autoconsumo das famílias locais. A organização socioespacial e produtiva das comunidades ribeirinhas constitui-se nos saberes indígenas que foram adaptados e ressignificados ao longo dos séculos a partir da miscigenação. A herança cultural manifesta-se no manejo das várzeas, as técnicas agrícolas e os ciclos de pesca são mantidos pela organização comunitária (Fernandes e Moser, 2021).

As comunidades ribeirinhas apresentam sua identidade cultural embasada nas tradições indígenas e nordestinas, apresentando uma organização social, práticas econômicas singular em seus territórios. A falta de políticas públicas estruturantes mantém essas populações em situação de vulnerabilidade, com acesso precário a serviços básicos e à educação.



Destaca-se que as comunidades ribeirinhas pelas suas especificidades locais possuem direitos ao acesso à educação que contemple suas especificidades, possibilitando uma formação emancipatória. Contraditoriamente, a realidade educacional nas comunidades ribeirinhas evidencia a violação do direito à educação de qualidade, considerando que o poder público não atende de forma eficaz a oferta educacional segundo às suas especificidades culturais e territoriais.

Diversas escolas no Brasil enfrentam a falta de infraestrutura básica, professores despreparados para ministrar aulas no contexto local, currículos padronizados que ignoram os saberes tradicionais e as reais particularidades dessas populações. A dificuldade de acesso geográfico, somada à ausência de políticas públicas, resulta em altos índices de evasão escolar e na educação que não dialoga com a realidade ribeirinha, perpetuando ciclos de exclusão e desigualdade. Tal realidade é expressa nas escolas das comunidades Ribeirinhas do Baixo Madeira em Porto Velho em Rondônia (Costa, 2021).

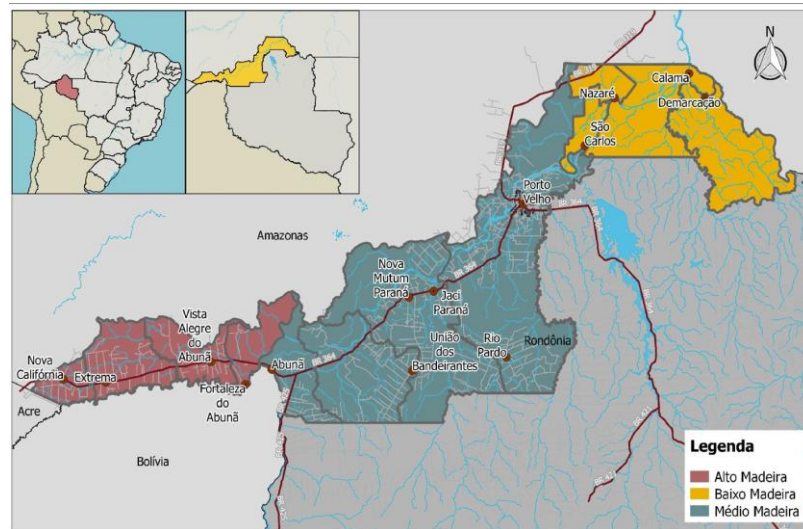
O presente artigo tem como objetivo apresentar as comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira - Rondônia e a importância da educação do campo, das águas e das florestas como direito à permanência e fortalecimento destes sujeitos. A pesquisa se justifica na importância em evidenciar a urgência de políticas educacionais que considerem as especificidades territoriais, culturais e sociais das populações locais da região amazônica do Baixo Madeira em Porto Velho -RO.

## **METODOLOGIA**

Localizado no estado de Rondônia, a capital de Porto Velho possui uma extensão territorial de 34.091 km<sup>2</sup> (Figura 1). A economia local se destaca pela agropecuária, com a produção de grãos escoada pela hidrovía do Rio Madeira. Segundo o Censo Demográfico de 2022 (IBGE), a população total é de 460.434 habitantes, com uma projeção de 517.709 para o ano de 2025. Porto Velho é margeado pelo Rio Madeira e tem seu curso dividido em Alto e Baixo Madeira.



Figura 1- Mapa de Porto Velho-RO



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento, orçamento e gestão SEMPOG/ Departamento de Planejamento Institucional e Gestão Estratégica- DPGE- de Porto Velho, 2020.

Porto Velho estabeleceu historicamente a partir da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1912) e o ciclo extrativista da borracha. O crescimento urbano esteve impulsionado pelo comércio e industrialização. Paralelamente, formaram-se ao longo do Rio Madeira, o principal curso d'água que margeia a cidade as comunidades ribeirinhas. Essas populações estruturaram sua economia em atividades tradicionais, como a pesca e a agricultura, constituindo-se em elementos fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico local e a identidade cultural do município. (Barba, Lima e Nobre, 2020).

Deste modo, para a construção desta pesquisa, adotou-se uma abordagem baseada em revisão bibliográfica (livros e artigos científicos) que discutem estudos sobre comunidades tradicionais, as escolas ribeirinhas, territorialidade e Amazônia, visando compreender o debate acadêmico sobre a temática.

Além da consulta documental, incorporaram-se pesquisas realizadas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC “Caracterização das escolas no/do campo das comunidades quilombolas e ribeirinhas de Rondônia” e reflexões provenientes das vivências extensionistas realizadas no âmbito da Licenciatura em Educação do Campo da



Universidade Federal de Rondônia, Campus Rolim de Moura, particularmente das atividades desenvolvidas durante o Tempo Comunidade<sup>1</sup>.

## Comunidades Ribeirinhas do Baixo Madeira RO

As populações ribeirinhas possuem origem pelo movimento migratório do século XIX, sobretudo da população nordestina que foram atraídas na busca de trabalho na extração de látex na região amazônica, tornando a principal renda das famílias. Com a crise da Borracha na década de 1950 e a ausência de políticas públicas estruturadas, essas populações foram forçadas a modificar drasticamente seu modo de vida. Esse processo deu origem aos povos ribeirinhos, comunidades que passaram a viver de forma autônoma, adaptando-se às condições naturais. (Duarte Lopes, et al, 2024).

Os povos ribeirinhos se caracterizam pelas comunidades que vivem a forte ligação com o rio. Suas moradias são construídas em palafitas estruturas de madeira elevadas sobre o nível do rio como forma de proteção contra enchentes. Vivendo em áreas de difícil acesso, muitas comunidades enfrentam a ausência de serviços básicos como acesso a saúde energia elétrica, saneamento e água encanada. A pesca é a principal atividade de subsistência dessas comunidades, sendo complementada pela agricultura, artesanatos e frutos locais.

Segundo Neto e Furtado (2015, p. 160):

O termo ribeirinho, contudo, busca identificar um perfil sociocultural de grupos caboclos que se estabeleceram às margens dos rios, num espaço dinâmico que articula as relações de sociabilidade e culturais dentro das particularidades desse espaço, onde a marca dessa configuração pode ser vista nos comportamentos, na maneira de viver, em sua alimentação, nas crenças, em sua religiosidade etc., específicos daquele espaço.

Segundo os autores supracitados, o modo de vida também pode ser caracterizado na origem indígena, comunidade cujas práticas e modos de vida revela profunda integração com o ambiente aquático e florestal. Pojo et al., (2014) afirma que os ribeirinhos constroem e demarcam seus territórios por meio de saberes tradicionais, os quais fundamentam modos de vida que se renovam culturalmente e representam formas de resistência. Essas práticas, configuram um modo singular de interação com os ecossistemas, orientando a aplicação e o uso

---

<sup>1</sup> Tempo comunidade refere-se ao período da Pedagogia da Alternância na Licenciatura em Educação do Campo que são divididos em Tempo Universidade-TU e Tempo Comunidade-TC



da biodiversidade local. “Os ribeirinhos se localizam geograficamente, construindo uma forma própria de lidar com o tempo-espaço das águas e suas miragens [...]” (Pojo et al., 2014, p. 191).

Os ribeirinhos constroem uma identidade cultural profundamente ligada à transmissão de saberes e uma relação de respeito com a natureza. Dessa convivência, surge o conhecimento da flora, fauna e ciclos ecológicos, materializando em práticas sustentáveis como a pesca, voltada para o sustento familiar. Embora vivam em relativo isolamento, mantêm relações com comunidades vizinhas, a venda do excedente de produção e as instituições religiosas fortalecem os laços comunitários. Diferente do extrativismo de larga escala, seu modo de vida harmoniza-se com o meio ambiente, garantindo sua permanência. (Duarte Lopes, et al, 2024).

No caso específico da região amazônica, destaca-se a complexa estrutura histórica de desigualdades econômicas na Amazônia que define a paisagem geográfica e a experiência sociocultural de suas populações, particularmente os ribeirinhos. Sua existência mantém a relação com o ecossistema, dividido entre as terras firmes e as várzeas. Esse modo de vida adaptado reflete-se no uso de instrumentos tradicionais, como anzóis, redes e canoas adaptadas com motores em um conhecimento ecológico profundamente enraizado, transmitido entre gerações no território ribeirinho. (Duarte Lopes, et al, 2024).

No estado de Rondônia, as comunidades ribeirinhas foram formadas pela presença indígena e migração nordestina. A chegada de nordestinos no estado e na Amazônia foi motivada pela fuga da seca e busca de trabalho do extrativismo da seringa e pela coleta de látex. Com o declínio desta produção, a população que migraram para Rondônia mantiveram suas moradias nos locais às margens do Rio, próximo do antigo local de trabalho (Saraiva e Silva, 2021)

Nascimento Silva (2000, p.92) destaca:

Algumas surgiram a partir da simples ocupação por seringueiros na primeira corrente migratória, posteriormente por agricultores e, a partir da década de 50, pelos seringueiros “soldados da borracha”, bastando apenas umas três ou quatro famílias para formar uma localidade, e surgem daí, os nomes que estão muito ligados também à memória, que de alguma forma trazem lembranças e saudades da sua terra natal, e que é reproduzida neste novo espaço [...].

O processo de formação das localidades ribeirinhas na Amazônia caracteriza um fenômeno sociocultural, marcado por sucessivos ciclos migratórios. As formas de organização das comunidades ribeirinhas são influenciadas pela diversidade cultural nordestina e indígena, resultando em um modo de vida singular. Os migrantes nordestinos trouxeram práticas de trabalho e a tradição religiosa, que se mesclaram aos costumes locais. Nesta nova lógica



cultural, moldou -se os sistemas de produção, rituais e até a arquitetura ribeirinha, criando uma identidade no ambiente amazônico. (Ribeiro, 2010; Nascimento Silva, 2000).

Essa dinâmica sociocultural configura na gestão comunitária dos recursos naturais, como a pesca e o extrativismo, que combinam o uso coletivo com estratégias de comercialização influenciadas pela lógica nordestina, sobretudo nas atividades agrícolas. Compreender-se que as comunidades ribeirinhas são populações singulares que construíram seus territórios, possuem seu modo de vida ligado ao rio e mata.

O arranjo das casas acompanha o curso do rio, por essa razão, não existem ruas como nas áreas urbanas. Os trajetos se definem pelos caminhos construídos a partir do fluxo cotidiano das pessoas e das dinâmicas do rio. De certo modo, os quintais frontais das casas formam as ruas, que podem alterar constantemente em função da erosão das margens. Quando o rio avança e destrói parte da beira, os moradores recuam suas residências, redefinindo e estendendo novamente esses caminhos comunitários. (Saraiva e Silva, 2008)

Destaca-se que as comunidades localizadas ao longo do rio Madeira estão organizadas como distritos (São Carlos, Nazaré, Calama e Demarcação) que apresentam características sociopolíticas próprias, com diferentes números populacionais e formas de gestão comunitária, geralmente por meio de Associações de Moradores e lideranças locais. (Saraiva e Silva, 2008). Todavia, destaca-se que os ribeirinhos do Baixo Madeira não vivem totalmente isolados, pois mantêm contato com a população urbana de Porto Velho, relação com as igrejas e escolas (Ribeiro, 2010).

Nessas localidades existem escolas públicas que, em sua maior parte, ofertam apenas os primeiros anos do ensino fundamental, além de postos de saúde que realizam atendimentos básicos. A estrutura comunitária também inclui pequenos estabelecimentos comerciais, igrejas católicas e de diferentes tradições religiosas, bem como festividades e celebrações. (Saraiva e Silva, 2008)

A economia dessas populações ribeirinhas está organizada em torno da produção de farinha, da agricultura de subsistência e da pesca, utilizada tanto para consumo próprio quanto para comercialização. Algumas comunidades como Nazaré encontra-se moradores que se dedicam ao cultivo de banana para comercialização (Figura2) que são transportadas até Manaus, segundo moradores.



Figura 2- Comercialização de Bananas em Nazaré



Fonte: Souza, T. R. de (2024).

A comercialização de bananas torna-se um importante renda para famílias, todavia, nem todas as famílias conseguem produzir. Por essa razão, pode-se reafirmar que os moradores acabam sobrevivendo da pesca e mandioca para consumo e venda. Além disso, os moradores recebem o chamado auxílio defeso, benefício para as famílias durante o período de reprodução dos peixes no Rio Madeira.

Conforme relatos de moradores durante as atividades de pesquisa e extensão, o benefício é distribuído anualmente, coincidindo com a fase de proteção aos estoques pesqueiros, representando não apenas um apoio econômico, mas o reconhecimento da importância dessa atividade para a região.

Em pesquisa realizada pelos autores Lima, et al (2012), a comercialização de peixes constitui-se a principal renda das comunidades. A atividade pesqueira exerce um papel socioeconômico fundamental para as ribeirinhas do Rio Madeira, conforme evidenciado pelos autores supracitados, os distritos de Calama e São Carlos há expressivo número de profissionais identificados como pescadores artesanais, a maioria desses pescadores atua durante todo o ano, com destaque para Calama (79,5%), enquanto em São Carlos observa-se maior influência da sazonalidade do defeso, período em que 22,5% interrompem suas atividades.



Quanto à comercialização, identificou-se que raramente os pescadores se deslocam até o centro urbano de Porto Velho. Preferencialmente, realizam a venda aos consumidores locais ou por atravessadores.

Outra forma de comercialização realizada por alguns pescadores é o envio do pescado por barcos de linha, conhecidos localmente como “barco recreio”, que também transportam passageiros, para ser vendido a atravessadores do Mercado Cai N’água, em Porto Velho. (Lima, et al, 2012, p. 78).

A comercialização do pescado, realizada dentro das próprias comunidades ou por meio de atravessadores, revela uma economia baseada em circuitos locais, reforçada pelo apoio do auxílio defeso durante o período de reprodução dos peixes. Embora a venda de banana e outras culturas complemente a renda de alguns moradores, é a pesca que se destaca como eixo estruturante da vida socioeconômica da região. Assim, pode-se afirmar que a permanência dessas comunidades no território está diretamente ligada à continuidade dessa atividade tradicional, que sustenta modos de vida, organiza relações de trabalho e expressa a identidade ribeirinha ao longo do Rio Madeira.

Embora compreenda-se a importância do território destas comunidades, não se pode deixar de mencionar que a expansão de grandes projetos de infraestrutura (Pereira e Jacon, 2016) na Amazônia, as usinas hidrelétricas no Rio Madeira, coloca em pauta a complexa relação entre desenvolvimento econômico e a preservação sociocultural das comunidades ribeirinhas. Estas populações, guardam os saberes tradicionais e modos de vida intimamente vinculados aos ciclos naturais, representam o patrimônio cultural fundamental para a identidade amazônica.

Suas práticas pesqueiras, conhecimento da biodiversidade e organização social constituem-se como expressões culturais únicas, desenvolvidas ao longo de gerações em sintonia com o ecossistema fluvial. Contudo, a implantação da UHE Santo Antônio, inserida no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento, tem gerado transformações profundas nesse equilíbrio. Alterações no regime hidrológico, na qualidade da água e na disponibilidade de recursos pesqueiros impactam diretamente não apenas a base material de subsistência, mas todo o complexo sistema cultural que define a identidade ribeirinha. (Pereira e Dacon, 2016).

## **Escolas Ribeirinhas de Porto Velho-RO no Baixo Madeira**

O poder público das escolas localizadas nas áreas ribeirinhas necessita reconhecer os saberes ribeirinhos, da terra, dos rios e florestas, considerando o alicerce identitário e cultural.



Para isso, é fundamental superar uma visão desconectada da realidade e adotar uma perspectiva integrada na biodiversidade amazônica. Essa abordagem exige um projeto educativo contextualizado, pautado na realidade dos sujeitos envolvidos. (Pojo, et al. 2014).

Para o autor Pojo et al. (2014, p. 196-196)

Os saberes ribeirinhos situados em contextos rurais confirmam, ainda, um viver humanizado fazendo frente a essa sociedade demarcada pela visão de homem-objeto em que presenciamos experiências de cooperação entre familiares, interação da vizinhança, convívio com a natureza, sob o qual esses sujeitos mantêm consigo valores, costumes, identidades e culturas singulares. Tais sujeitos e saberes podem orientar a escola formal a reorientar seu currículo e assim, resistir/persistir diante de uma escola fria e descontextualizada, ou seja, os saberes da cultura ribeirinha podem ser o ponto de partida e de chegada para reflexões sobre as práticas educativas.

Autor supracitado, descreve a especificidade da realidade rural e ribeirinha, que valoriza o campo como espaço de existência, cultura e produção, podendo orientar a escola na adoção de aprendizagem coletiva. Essa abordagem implica integrar as múltiplas dimensões da vida dos sujeitos do campo ao processo formativo, reconhecendo a historicidade dessa população como base para a prática pedagógica.

Nesta perspectiva, defende-se a educação do campo, das águas e das florestas no embate político e ideológico mais amplo, no qual movimentos sociais historicamente marginalizados reivindicam no âmbito do Estado, a implementação de políticas públicas educacionais específicas para as populações do meio rural. Esta demanda representa a luta dos sujeitos oprimidos da sociedade brasileira por reconhecimento e educação pública que contemple suas realidades e necessidades.

Especificidades que são múltiplas e diversas no estado de Rondônia, considerando que há inúmeras escolas com identidades e particularidades. Na realidade das comunidades ribeirinhas, ressalta-se que são sujeitos que apresentam diversidade cultural e especificidades geográficas e sociais, a educação ofertada exige currículo específico, pautado nos saberes tradicionais, como o manejo dos recursos naturais, a agricultura, a pesca e os conhecimentos sobre a biodiversidade e, ao mesmo tempo, que promova o acesso a direitos básicos.

A escola, nesse contexto, deve funcionar como espaço de troca, valorizando os saberes locais, garantindo que a aprendizagem seja significativa na vida dos sujeitos ribeirinhos. Assim, a escola precisa promover diálogos que aproximem o conhecimento científico das experiências próprias da comunidade, criando percursos formativos pautados na identidade territorial destes.

Além disso, a instituição escolar deve incluir a participação da comunidade, permitindo que as famílias, professoras e professores sejam protagonistas a formação mais integrada.



Quando a escola acolhe e legitima as práticas culturais ribeirinhas, ela não apenas amplia as possibilidades de aprendizagem, mas também reforça o sentimento de pertencimento e o papel social da educação no fortalecimento das comunidades do campo e da floresta.

Ao tratar da importância da Educação no contexto ribeirinho, constata-se que a região do Baixo Madeira possui (quadro 1), 13 Escolas Municipais e 3 unidades Estaduais que ofertam o Ensino Médio na modalidade de Mediação Tecnológica- O MTEC com transmissão de vídeo aulas, enquanto um tutor acompanha as aulas.

Quadro 1: Escolas do Baixo Madeira -RO

ESCOLAS	COMUNIDADES
EMEF Castro Alves	Santa Catarina
EMEF Francisco Braga	Lago do Cuniã RESEX
EMEF Heitor Villa Lobos	Ramal Nossa Senhora do Rosário
EMEF Henrique Dias	São Carlos
EEEM Professora <u>Juracy Lima Tavares</u>	São Carlos
EMEF João de Barros Gouveia	Demarcação
EEEFM General Osório	Demarcação
EMEF Manoel Maciel Nunes	Nazaré
EEEM Professor Francisco Desmarest Passos	Nazaré
EMEF Monte Horéb	Monte Sinai
EMEF Padre Francisco José Pucci	São José da Praia
EMEF Padre José de Anchieta	Gleba do Rio Preto
EMEF Rio Verde	Agrovila Rio Verde
EMEF São Luiz Gonzaga	Brasileira
EMEIEF Dra. Ana Adelaide Grangeiro	Calama
EMEF Vale do Jamari	Calderitas

Fonte: SEDUC, 2024 e Costa, 2021.

Em visita de campo constatou-se que o Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMTEC) em Rondônia, coordenado pela SEDUC/RO, com aulas transmitidas via satélite para estes estudantes de regiões afastadas se justifica pela ausência de professores nas comunidades. De acordo com Zuin e Germano, 2018 o EMMTEC se insere em um movimento nacional de fechamento de turmas, redução de professores e diminuição de gastos públicos, alinhando-se às políticas educacionais neoliberais.

Nesta perspectiva, o projeto não representa um avanço, mas a continuidade de práticas que subordinam a educação pública à lógica de mercado. Os autores supracitados reforçam que apesar desse cenário desfavorável, é necessário manter a luta por uma educação tratada como investimento social, destacando a importância da participação popular e da resistência das



comunidades. Para Costa, 2021, p. 52 “as escolas do Baixo Madeira podem ser consideradas a porta de acesso à educação para os ribeirinhos, porém, não significam a garantia do padrão de qualidade e de permanência.”

Neste sentido, destaca-se que em atividades de campo, identificou-se que os ribeirinhos enfrentam desafios para permanência do jovem nas comunidades e na garantia de escolas com professores e gestores. O princípio da igualdade educacional impõe ao Estado o dever de assegurar não apenas o acesso, mas a permanência com qualidade nas escolas rurais.

Costa (2021), identificou em algumas das unidades escolares apresentam condições precárias e falta de transporte. A maioria das escolas apresenta condições inadequadas, com carência de recursos, espaços multisseriados e equipe insuficiente. Embora representem espaços fundamentais de formação identitária e cultural para as comunidades, essas escolas enfrentam um histórico de negligência por parte do poder público, exigindo maior compromisso com políticas educacionais efetivas que garantam o direito à educação rural com equidade e padrões mínimos de qualidade.

As escolas são espaços primordiais para garantir formação para as crianças e jovens, além de contribuir no fortalecimento dos seus territórios. A educação das populações que vivem no campo, nas águas e nas florestas deve ocorrer de modo a levá-los a compreender suas realidades, para que estes tenham condições de transformá-la a partir do seu lugar de vivência.

As discussões apresentadas pelos autores (Pojo, et.al, 2014) evidenciam as especificidades do modo de vida dos ribeirinhos que são marcadas pela relação com o território, pela cultura local e pelo trabalho, corroborando para que a escola desenvolva aprendizagens contextualizadas em suas realidades. Isso inclui integrar as diferentes dimensões da vida dos sujeitos às práticas formativas, reconhecer as narrativas e trajetórias das comunidades como parte do processo educativo e valorizar os conhecimentos tradicionais acumulados pelos ribeirinhos como mediadores no acesso aos conteúdos escolares. Também implica fortalecer o vínculo entre a escola e os movimentos sociais da região, contribuindo para superar a distância histórica entre instituição escolar e comunidade.

Além disso, a adoção da educação do campo poderá favorecer práticas curriculares que incorporem as experiências culturais do campo, promovendo uma relação mais dinâmica entre saberes locais e conhecimento científico.

Compreende-se a necessidade da formação educacional como instrumento de emancipação, capaz de articular os saberes locais com os conhecimentos científicos, de modo



a permitir que esses sujeitos compreendam e transformem suas realidades a partir de seu próprio território. Essa abordagem pressupõe um diálogo entre a escola e a comunidade, onde os processos educativos valorizem as práticas cotidianas, os modos de vida e os desafios específicos enfrentados por essas populações ribeirinhas. (Arroyo, 2011)

Além disso, é fundamental fomentar a articulação entre a escola e os movimentos sociais, rompendo com as relações engessadas com a comunidade escolar. Por fim, propõe-se a metodologia da alternância como uma prática curricular inovadora, capaz de integrar as experiências culturais comunitárias e promover uma troca efetiva entre cultura, saberes locais e conhecimento científico.

Cumprido destacar, que educação ribeirinha enfrenta desafios estruturais que demandam ações do poder público. Entre as principais limitações, destaca-se a dificuldade da permanência de professores nas escolas locais, problema constatado durante atividades extensionistas nas comunidades. Além disso, observa-se a carência de programas de formação continuada específicos para docentes que atuam em contextos rurais e ribeirinhos, além da ausência de cursos superiores nas próprias comunidades.

O acesso ao Ensino Superior representa um obstáculo para os jovens ribeirinhos. Embora Porto Velho-RO esteja relativamente próximo em termos geográficos, o deslocamento fluvial torna inviável a frequência regular em instituições de Ensino Superior na área urbanas. Como consequência, muitos concluem o Ensino Médio sem perspectivas de continuidade da formação.

Nesse contexto, a implementação de políticas locais de formação docente poderia contribuir como estratégia fundamental. A oferta de cursos de licenciatura nas comunidades ribeirinhas não apenas qualificaria os educadores locais, como também criaria oportunidades de Ensino Superior para os jovens, contribuindo para a comunidade tivesse mais professores locais, além da permanência dessas populações em seus territórios tradicionais.

É possível afirmar que os desafios enfrentados pelas escolas ribeirinhas são complexos e demandam investigações mais aprofundadas, capazes de compreender a suas especificidades, necessidades e potencialidades.

As questões relacionadas à permanência de professores, à ausência de formação continuada adequada e às dificuldades de acesso ao Ensino superior demonstram que a realidade educacional ribeirinha não pode ser plenamente compreendida sem estudos detalhados sobre suas dinâmicas próprias. Ainda assim, o presente texto não tem a pretensão de esgotar o tema,



ao contrário, busca oferecer uma visão introdutória que sinaliza a relevância dessas problemáticas ao destacar a urgência de pesquisas mais específicas que contribuam para o fortalecimento das políticas educacionais voltadas a essas comunidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do modo de vida das populações ribeirinhas do Baixo Madeira evidencia a profundidade histórica, cultural e territorial que caracteriza essas comunidades, formadas por processos migratórios, heranças indígenas e pela adaptação contínua ao ambiente amazônico. A organização social, econômica e simbólica desses grupos revela um sistema complexo, sustentado por práticas tradicionais como a pesca, a agricultura de autoconsumo, o extrativismo e a circulação fluvial, que estruturam tanto a economia local quanto os laços de pertencimento e identidade. Observa-se também que a permanência dessas populações no território depende da manutenção dessas atividades, do equilíbrio dos ecossistemas e da garantia de direitos básicos, historicamente negligenciados pelas políticas públicas.

As usinas hidrelétricas, intensifica as transformações nos modos de vida ribeirinhos, afetando a disponibilidade de recursos naturais tornando necessário reconhecer que o desenvolvimento econômico não pode ocorrer às custas da desestruturação social e ambiental dessas comunidades, cuja existência representa um patrimônio cultural indispensável para a compreensão da Amazônia.

A educação ribeirinha no Baixo Madeira revela um conjunto de desafios que ultrapassa as questões estruturais e adentra políticas que interferem na vida dessas comunidades. As escolas situadas nesse território, embora constituam espaços fundamentais de formação, identidade e pertencimento, ainda funcionam em condições adversas que dificultam tanto o trabalho docente quanto a permanência dos estudantes. Nessa realidade, torna-se urgente a construção de políticas educacionais que reconheçam a especificidade da vida nas águas, no campo e nas florestas, valorizando os saberes tradicionais e garantindo condições adequadas de funcionamento escolar.

Reafirma-se que somente a articulação entre escola, comunidade e movimentos sociais poderá sustentar práticas pedagógicas realmente contextualizadas, capazes de dialogar com a realidade ribeirinha e promover processos formativos comprometidos com a emancipação dos sujeitos.



Diante desse cenário, torna-se urgente a implementação de projetos e políticas educacionais que reconheçam as especificidades ribeirinhas, além da necessidade de formação docente contextualizada nas especificidades das próprias comunidades. Isto é, uma educação emancipatória que possibilite a valorização dos saberes tradicionais e fortalece da identidade cultural e dos seus territórios.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- COSTA, S. R. da. **Escolas rurais ribeirinhas da região Amazônica do Baixo Madeira em Porto Velho, RO: infraestrutura, oferta de ensino e aparelhamento (2015 - 2021)** Suzana Rodrigues da Costa. Fundação Universidade Federal de Rondônia - Porto Velho, RO, 2021.
- DUARTE LOPES, J. G; *et al.* Comunidades Ribeirinhas Brasileiras: Importância histórica e direitos legais previstos no ordenamento jurídico nacional. **Revista Eletrônica Direito e Conhecimento**, v. 8, n. 1, 2024.
- FERNANDES, J. S. N., E Moser, L. Comunidades tradicionais: a formação socio-histórica na Amazônia e o (não) lugar das comunidades ribeirinhas. **Revista Katálisis**, 24, 2021.
- LIMA, M. A. L., DORIA, C. R. da C., E FREITAS, C. E. de C. Pescarias artesanais em comunidades ribeirinhas na Amazônia brasileira: perfil socioeconômico, conflitos e cenário da atividade. **Ambiente & Sociedade**, v. 14 ,n. 1, p. 73-90, 2012.
- NASCIMENTO SILVA, M, G S. das. **O Espaço Ribeirinho**. São Paulo. Terceira Margem. 2000.
- NETO, F. R.; FURTADO, L. G. A ribeiridade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 24, p. 158-182, 2015.
- PEREIRA, E. A. D. **As encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas: transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, 2014.
- PEREIRA, C. A. R., Winkler, M. S., Hacon, S. de S. Análise de Condições Ambientais em Comunidades Ribeirinhas de Porto Velho, Rondônia, Brasil. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v.09, n. 02, p. 440-455, 2016.
- POJO, E. C. et al. As águas e os Ribeirinhos: beirando sua cultura e margeando seus saberes. **Revista Interdisciplinar da Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação**, Abaetetuba, v. 8, n. 11, p. 176-198, ago. 2014.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

RIBEIRO, Marcela Arantes. **No espelho das águas um lugar ribeirinho no Rio Madeira.** 2010. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2010.

SARAIVA, A. L. **Festejos e religiosidade popular: O festejar em comunidades ribeirinhas de Porto Velho/RO.** 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA), Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2007.

SARAIVA, A. L.; SILVA, J. C. da. A (re) organização do espaço na vila de Nazaré: a criação do bairro de São Sebastião. **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**, v. 4, n. 3, p. 5-14, 2001.

ZUIN, A.L.A; GERMANO, M.S. Ensino Médio com Mediação Tecnológica – EMMTEC reestruturar para mercantilizar. **Revista Práxis Pedagógica**, v. 1, n. 3, p. 71–92, 2018.